



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

(Casa de Félix Araújo)

Ano em Homenagem ao Saudoso José Carlos da Silva Júnior
Gabinete da Vereadora Fabiana Gomes - PSD

REQUERIMENTO

EMENDA	ADIADO ____/____/2023	DESPACHO Aprovado em ____/____/2023
		Presidente 1º Secretário

EMENTA: REQUEIRO Voto de Moção de Congratulações de Aplauso destinado a homenagear o Exmo. Dr. Horácio Ferreira de Melo Júnior, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, da comarca de Campina Grande/PB, novo colunista da Rádio Caturité, e reproduzida no site de notícias paraibaonline.com.br, o qual de forma lúdica explica a dinâmica do Poder Judiciário brasileiro, como espaço colaborativo e interativo.

Senhor Presidente,

No uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 176 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminha requerimento em que é sugerido **Voto de Moção de Congratulações de Aplauso** destinado a homenagear o **Exmo. Dr. Horácio Ferreira de Melo Júnior**, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, da comarca de Campina Grande/PB, novo colunista da Rádio Caturité, reproduzida no site de notícias paraibaonline.com.br, o qual de forma lúdica explica a dinâmica do Poder Judiciário brasileiro, como espaço colaborativo e interativo.

De forma lúdica o Dr. Horácio Ferreira de Melo Júnior explica a dinâmica do Poder Judiciário brasileiro, com o objetivo de estabelecer canal de comunicação e diálogo com a sociedade civil, se propõe a promover o conhecimento sobre a história da Justiça e o funcionamento do Poder Judiciário.

Além de estabelecer padrões relacionados ao "como se faz justiça no Brasil" (expressão utilizada pelo público em geral). Afinal, quem não tem interesse em conhecer como acontece um julgamento? Em saber as razões que permitem algumas pessoas a nos acusar de algo e outras a nos defender? Como é decidido o que deve ser feito quando duas pessoas discordam no entendimento de suas obrigações e direitos? Quem detém a palavra final em um conflito? O que significam todos aqueles símbolos e rituais presentes em um tribunal?

Na ideia sobre justiça que permeia o imaginário de todos nós, estão presentes valores essenciais à nossa humanidade, tais como liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade, equidade, honestidade, moralidade e segurança

Assim sendo, como não ter o desejo de adentrar esse universo que reconhecemos como tão relevante e ao mesmo tempo enigmático?

A proposta é a de convidar o público a entrar nesse universo que pode parecer inacessível e, de forma lúdica, abrir as portas para um mundo de saberes de fundamental importância para a vida em sociedade.

REQUEIRO, ainda, que desta manifestação dê-se ciência às autoridades acima mencionadas, através dos seus respectivos endereços funcionais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande
"Casa de Félix Araújo".

Campina Grande, 06 de setembro de 2023.

Fabiana Gomes (Vereadora/PSD)



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**

(Casa de Félix Araújo)

**Ano em Homenagem ao Saudoso José Carlos da Silva Júnior
Gabinete da Vereadora Fabiana Gomes - PSD**

ANEXOS

Apresentado aos principais conceitos, funções e papéis exercidos no Poder Judiciário e após esse contato inicial ele começa a jogar. Como alvo de incontáveis de críticas por parte da sociedade, disso ninguém dúvida: demora, ineficiência na resolução de conflitos de interesses, padronização das decisões judiciais, burocracia processual, entre outras.

O interessante é perceber que, paradoxalmente, se estamos diante de um conflito de interesses, a resposta já está na ponta da língua: "Vou te processar!!!". Devemos nos perguntar se é possível mudar, estruturalmente, essa perspectiva para que, de uma vez por todas, possamos nos libertar da dependência de um processo nas nossas vidas.

Por que será que, mesmos descontentes, usamos e abusamos do processo? Será falta de informação? Será ausência de alternativas? Admitir que uma pessoa consiga resolver seus próprios conflitos sem terceirizá-los ao Estado para que os resolva em seu lugar é dar considerável e perigosa porcentagem de liberdade e autonomia ao cidadão. Que ente quer afrouxar esse controle? Que elite seria atingida? Essas são umas das algumas dificuldades do tema.

Pasmem, os gastos do Poder Judiciário, como um todo, no ano de 2019, ultrapassaram a assustadora soma de 100 bilhões de reais (sim, você leu corretamente, bilhões), enquanto que o tempo médio de vida de um processo que corre na Justiça Comum, se contarmos as fases de conhecimento, recursal e de cumprimento de sentença é de 9 anos. E mais, por ano, aproximadamente e em média, 30 milhões de processos são iniciados no Poder Judiciário Brasileiro.

A cada ano que passa o Estado gasta 100 bilhões de reais quando o assunto é Poder Judiciário. Um indivíduo, pelo processo, deve esperar, em média, 9 anos para obter um resultado para seu conflito de interesse. A cada ano que passa, 30 milhões de novos processos são abertos. E você deve estar se perguntando se esses números vêm apresentando queda, não é? Curiosamente, não. Os números apresentados só crescem, ano a ano. Pelo menos do ponto de vista orçamentário e de espera, as estatísticas apresentadas ao longo deste livro não deixam dúvidas: o processo, veiculado pelo Poder Judiciário, para os casos que dele não necessitamos, é um sistema fracassado.

O objetivo é, por meio da desconstrução e desmistificação dessa dinâmica do processo judicial e da exposição dos horrores por trás de seu funcionamento, propor uma reflexão sobre a seguinte pergunta: não já passou da hora de abandonar o endeusamento ao processo (e tudo do que dele advém) e apostar em meios mais humanos de solucionar conflitos de interesses? Vem comigo encontrar os pontos positivos dessa reflexão da "Desmistificando o Processo Judicial".